

O ENSINO DA LÍNGUA CULTA E AS VARIEDADES LINGÜÍSTICAS

Márcia Aparecida de Souza (UEMG)

marciaapingles@gmail.com

Rozimar Aparecida Carvalho (UEMG)

RESUMO

Este artigo, embasado nos aportes teóricos sobre o preconceito linguístico, busca uma reflexão sobre o ensino da língua culta e o respeito às variedades linguísticas, visto que, além da língua ser viva e estar em constante mudança, o Brasil é um país de grandes dimensões, e com processo histórico de formação do povo resultante de enormes diversidades étnica, social e regional, que repercutiram na língua portuguesa; sendo as variações muitas vezes consideradas “erros” e não adequação à regra culta, o que gera mais discriminação neste país já tão cheio de desigualdades sociais. Apresenta a visão da sociolinguística a despeito da norma culta e outras variantes e discute também o respeito às variedades linguísticas, bem como da atuação da escola. Essa última deve ter a sensibilidade de agir de forma a evitar/ agravar situações de preconceito.

Palavras-chave: Variação linguística. Preconceito linguístico. Escola.

1. *Introdução*

Nas últimas décadas, linguistas e estudiosos em linguagem tem colocado como alvo de estudo as análises sobre as variações linguísticas, visto a enorme diversidade linguística existente no Brasil e a necessidade de obter melhor entendimento sobre a língua portuguesa.

A partir desses estudos têm-se alertado para as relações de poder e de status social presentes na aceção de que a língua culta padrão é a única correta.

Muitas escolas contribuem com a ideia de que a norma culta padrão é uma máxima irrefutável que deve ser seguida em detrimento de outras variedades, reforçando suas características de instrumento de poder e prestígio social corroborando assim para o fortalecimento da crueldade que é o preconceito linguístico.

Neste estudo, pretende-se discutir sobre o ensino da língua culta e o respeito às variedades linguísticas, e para apoiar o caminho reflexivo, o desenho traçado para este artigo parte situando a norma culta e as variedades linguísticas, para em seguida argumentar sobre o preconceito lin-

guístico a partir de teorias de alguns estudiosos. E depois de discutir aspectos sobre a escola e o ensino da língua, traçar algumas considerações sobre o assunto.

2. A norma culta padrão e as variedades linguísticas

Muitos autores em suas pesquisas abordam sobre o status que a norma culta possui em nossa sociedade e o vigor do preconceito linguístico profundamente arraigado na cultura deste país que ignora as características dinâmicas, vivas e criativas da língua.

A valorização da norma culta padrão decorre da histórica e pesada carga colonial da qual o país ainda não conseguiu se livrar das suas marcas, tanto no que se refere à língua quanto em outros setores.

Em relação ao preconceito linguístico, esse se manifesta de diversas formas, nas distintas faces que assume. Um exemplo disso é a ideologia cristalizada há séculos na gramática tradicional e materializada no gênero literário conhecido como gramática normativa, que traz consigo um conjunto de ideias impostas pelas classes sociais que detêm o poder político e econômico.

Ressalta-se, nesse ínterim, que a gramática tradicional é definida como uma ideologia. Porém seu papel é o de uma ferramenta para o uso da linguagem e para a reflexão filosófica.

Com efeito, até hoje a gramática tradicional é o ponto de partida e também o pano de fundo da atividade científica e especulativa da linguística e da filosofia da linguagem. Não é contra as regras e normas da gramática tradicional que se deve debater mas faz-se necessário discussões sobre os abusos perpetrados por aqueles que, arrancando a gramática tradicional do lugar que legitimamente é o seu – o da reflexão filosófica, e de ferramenta de investigação dos processos cognitivos que permitem ao ser humano fazer uso da linguagem - impuseram-lhe o papel de doutrina canônica, de conjunto de dogmas irrefutáveis, de verdades eternas. (BAGNO, 2000)

Há apontamentos de que a norma-padrão, também chamada de língua culta, já algum tempo vem sendo vista pela literatura científica como um meio que não é capaz de servir para comunicação e a expressão dos brasileiros de todas as classes sociais. Mas existe também a ideia de que há necessidade de um padrão linguístico uniforme, apesar se ter co-

nhecimento de que todas as línguas, assim como a sociedade, são essencialmente heterogêneas e multiformes.

A ideologia, que está entranhada na cultura brasileira exclui as variedades linguísticas, taxadas como erros, e a gramática é então usada como escudo de uma sociedade preconceituosa.

Por ser assunto amplo e complexo, entende-se que a linguagem não deve ser resumida apenas às regras expostas em uma gramática. Esse entendimento é importante, visto que a gramática tradicional, com suas ‘verdades’ à priori, tem sido usada como fonte máxima de inspiração para o ensino da norma-padrão no Brasil e para as atividades econômicas a ele associadas, como na indústria editorial mídia e multimídia.

Os dilemas contidos na gramática tradicional, já tantas vezes apontados pela linguística, ainda não provocaram alterações nas gramáticas normativas, o que mostra o quanto parece irrelevante para os gramáticos qualquer tipo de crítica ou pesquisa relacionada à linguagem. A gramática tradicional parece ser uma doutrina, composta de dogmas a serem aceitos como verdades incontestáveis e não de leis passíveis a testes, sujeitas à comprovação ou à refutação. Seu corpo de definições, preceitos e prescrições apenas aparentemente serve para um estudo da língua.

Sua função é substancialmente ideológica, a gramática tradicional é um instrumento de legitimação das classes dominantes no poder. É por esse motivo que muitos gramáticos tradicionalistas se recusam a aceitar as propostas de abordagem do fenômeno da linguagem feitas pela linguística. São propostas que lançam dúvidas sobre a validade do discurso gramatical tradicional, que deixam à mostra inconsistências desse discurso.

Por vezes, exclui-se a linguística porque suscita a todo momento o contraste entre culturas dominantes e culturas relegadas (como no caso das línguas indígenas ou das áreas de bilinguismo resultantes da imigração); entre formas de expressão socialmente prestigiosa e formas de expressão desprestigiadas (como no contraste entre a literatura oficial e a literatura popular); entre a solução de gabinete e as soluções de quem vive os fatos; entre a indústria de livros didáticos das grandes triagens e os materiais cujo parâmetro são pessoas reais.

Percebe-se que a linguística, de acordo com os gramaticistas, não pode fluir porque, seus conceitos de que as variedades são formas de co-

municação e não erros se disseminariam e se transformariam em ideias universais de todos e para todos os membros da sociedade.

A classe dominante, quando privilegia a norma-culta e discrimina as outras variedades, acaba por influenciar os falantes de outras variantes que além de sofrer o preconceito, julgam-se inferiores. "A língua passou a ser subordinada e dependente da gramática normativa. O que não está na gramática normativa não é português". (BAGNO, 2000, p. 39)

Então há de se discutir o preconceito linguístico, a exclusão que ele provoca, e não a existência de normas. A questão do prestígio linguístico é um dos temas mais afetos à pesquisa sociolinguística, pois, segundo Eduardo Guimarães (2005), o Brasil é um país multilíngue, suas características múltiplas e não homogêneas não favorecem mesmo a unicidade do português no país, ao contrário, a heterogeneidade que há no país propicia as mudanças, os processos linguísticos, as variedades.

A importância da linguagem oral também é observada por alguns autores. Luiz Antônio Marcuschi (2008) por exemplo, discute a necessidade de estudos sobre esta; entende que é imprescindível realizá-los por apresentarem íntima ligação com o conhecimento comum dos falantes.

De modo geral, tem-se no país uma linguagem culta ou padrão e uma linguagem popular considerada pela sociedade como sub-padrão. A primeira com maior prestígio que a segunda. Mas essa posição, todavia, não é aceita pela sociolinguística, que vê na concorrência de ambos os dialetos sociais um natural processo de variação linguística que atende, assim, às mais diversas situações de comunicação na sociedade. Como diferença de dialeto social, o culto apenas se prende mais às regras da gramática normativa tradicionalmente considerada, ao passo que o dialeto social popular é mais aberto às transformações da linguagem oral do povo.

3. *Preconceito linguístico*

É comum ouvirmos opiniões tal como, o brasileiro não sabe português, em Portugal é que falam corretamente o português, opiniões que refletem um sentimento de inferioridade, talvez pelo fato de que, mesmo depois de séculos de independência, ainda sermos dependentes dos países considerados mais civilizados. (BAGNO, 2001)

Alguns gramáticos expressam uma visão preconceituosa ao tratar dos conceitos de certo ou errado referindo-se à língua portuguesa. Não consideram o aspecto vivo da língua usada no Brasil e atribuem aos brasileiros características de não saberem o português.

É o caso do livro *Não Erre Mais!* de Luiz Antônio Sacconi, em que o autor expressa sua opinião sobre o que considera erros na língua. Ao ler o livro, o leitor é levado a compreender que todos os brasileiros são ignorantes em relação à língua portuguesa, pois o autor decreta o que considera certo e o que é errado e reforça a ideia de que a língua portuguesa é difícil e cheia de mistérios. (SACCONI, *apud* BAGNO, 2001)

O preconceito é também visível no *Dicionário de Questões Ver-náculas*, de Napoleão Mendes de Almeida, onde se encontra:

Os delinquentes da língua portuguesa fazem do princípio histórico "quem faz a língua é o povo" verdadeiro modo para justificar o desprezo de seu estudo, de sua gramática, de seu vocabulário esquecidos de que a falta de escola é que ocasiona a transformação, a deterioração, o apodrecimento de uma língua. Cozinheiras, babás, engraxates, trombadinhas, vagabundos, criminosos é que devem figurar, segundo esses derrotistas, como verdadeiros mestres de nossa sintaxe e legítimos defensores do nosso vocabulário. (BAGNO, 2001, p. 75)

Vê-se nitidamente todo um preconceito linguístico e também social, impregnado de tal maneira que muitos acreditam mesmo que não sabem português ou que a língua portuguesa é realmente muito difícil e, conseqüentemente, não conseguem reconhecer a existência das variantes linguísticas e, por isso, tem dificuldade de aceitá-las.

De acordo com Fernando Tarallo (2004, p. 8), as variantes linguísticas são "diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade". Então, se pessoas de diferentes comunidades conseguem se comunicar de formas diversas dentro de um mesmo contexto, por que encararmos algumas formas como corretas e outras como erradas?

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa*, reconhecem a existência das variantes linguísticas e evidenciam que essas devem ser respeitadas, porque não há um modo certo ou um modo errado de falar. A questão é observar o contexto de comunicação e saber qual forma de falar deve ser utilizada naquele momento, ou seja, saber adequar a utilização da linguagem à circunstância.

4. A escola e a linguagem

Como a aquisição da língua escrita, na maioria dos casos, se dá na escola, em um contexto de caráter prestigioso essa torna-se uma cultura desejável, apesar de estar enraizada numa sociedade que a impõe com uma violência inusitada, que a faz adquirir um valor social muito superior à oralidade a qual é proveniente. (MARCUSCHI, 2007)

Segundo os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, a escola deve propiciar ao aluno “utilizar diferentes registros inclusive os mais formais da variedade linguística valorizada socialmente, sabendo adequá-los às circunstâncias da situação comunicativa de que participa”. (PCN, 2001, p. 41)

Se até mesmo documentos de tamanha importância já se preocupam com as variações linguísticas no português, faz-se então necessário que os professores também reconheçam a legitimidade das variantes linguísticas, compreendam que são as variedades da língua materna e respeitem aquelas variações que encontram em suas salas de aula, aprendendo a trabalhar com as mesmas.

Entretanto, vê-se que ainda há um grande desconhecimento da forma de como abordar didaticamente as variedades linguísticas, mesmo com a existência de inúmeros usuários de diferentes variedades nas salas de aula. Observa-se ainda a preocupação de professores em mostrar o certo e o errado, ou de mandar que transformem o errado em certo, aumentando assim o preconceito linguístico. Os que assim o fazem, esquecem de que tal prática sem uma discussão sobre fatores extralinguísticos que levam a este ‘erro’, pode acarretar mais preconceito do que conscientização sobre o uso adequado da linguagem.

Ressalta-se que o objetivo pretendido não é que o professor deixe de ensinar a norma culta, a variedade padrão, e sim se conscientizar de que tais “erros” não existem; são variantes linguísticas e que umas são mais convenientes que outras para determinado momento.

Sobre isso, Stella Maris Bortoni-Ricardo afirmam que:

O professor percebe o uso de regras não-padrão, não intervém, e apresenta logo em seguida, o modelo da variante-padrão. O professor identifica “erros de leitura”, isto é, erros na decodificação do material que está sendo lido, mas faz distinção entre diferenças dialetais e erros de decodificação na leitura, tratando-os todos da mesma forma. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 38)

A partir das reflexões de Stella Maris Bortoni-Ricardo, fica claro então a necessidade de o professor conhecer a norma linguística, para que possa refletir e discutir em sua sala de aula esses ‘acertos’ e ‘erros’, passando assim a reconhecer a variedade linguística utilizadas por seus alunos como sendo uma variante dentre outras e assim intervir de forma positiva e reflexiva.

No caso da linguagem oral, observa-se que são menores o número de intervenção do docente, pois por vezes considera essa linguagem como informal, mas esta correção poderia contribuir para que o aluno internalizasse vocabulário. Entretanto faz-se necessário que o educador tenha bastante cuidado ao corrigir o aluno, evitando deixar o discente em posição de inferioridade, o que pode causar grande frustração.

Enfim a instituição escolar precisa assumir uma posição de identificação com seus alunos, atentar para evitar preconceitos ao valorizar em demasia uma forma de falar em detrimento de outra e fugir do conservadorismo que tende a privilegiar em excesso a norma culta. Pois é na escola que a transformação precisa acontecer, começando pela conscientização dos docentes sobre a necessidade de valorizar as diferenças, para assim poder interagir de fato e de maneira eficaz com seu aluno. Como diz Maria Cecília Mollica e Maria Luíza Braga, “a escola sozinha não faz mudança, mas mudança alguma se faz sem o concurso da escola”. (MOLLICA & BRABA, 2003, p. 56)

5. Considerações finais

É preciso que toda a comunidade escolar compreenda que como a escola vem valorizando a língua culta e discriminando outras variedades, acaba por corroborar para a legitimação da classe dominante e para o preconceito social, o que concorre para afastar alunos da escola e aumentar índices de evasão de discentes que se sentem discriminados no ambiente escolar.

Há que se entender que a linguagem é complexa e não pode ser resumida apenas às regras expostas em uma gramática, ou em afirmações sobre quem usa a linguagem de forma correta e quem não usa. Pois muitas variedades podem estar ligadas a fatos de simplificação e economicidade da língua, podem também refletir o "jeito" interiorano de falar, dependendo da localização sociodemográfica da escola.

É preciso consciência de que a língua é um elemento cultural vivo

e, por isso, suscetível a mudanças, principalmente em um país tão heterogêneo como o Brasil, que favorece a geração de uma gama de variedades linguísticas. E que o uso da língua é um fenômeno abstruso cujo estudo ultrapassa a proposta deste estudo. Faz-se necessário outras análises das questões aqui abordadas, e maiores reflexões sobre a necessidade de/como romper com o preconceito linguístico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *Dramática da língua portuguesa*. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. *Preconceito linguístico*. São Paulo: Loyola, 2001.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

BRASIL. MEC. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. Brasília: MEC /SEF, 2001.

GUIMARÃES, Eduardo. Apresentação Brasil: país multilíngue. *Ciência e Cultura*, vol. 57, n. 2, p. 22-23, 2005. ISSN 0009-6725. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a14v57n2.pdf>>.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luíza. *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

MONTEIRO, Jose Lemos. *Para compreender Labov*. Petrópolis: Vozes, 2000.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2004.